



**Presidência da República**  
Secretaria de Direitos Humanos  
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência  
**Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade**  
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º Andar • CEP:  
70308-200 • Brasília – DF  
Fone: (61) 2025-7971 / 2025-3673 Fax: (61) 2025-9967 • E-mail: conade@sdh.gov.br

## **ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

1 Do quinto ao sexto dia de junho do ano de dois mil e quatorze, realizou-se a  
2 nonagésima segunda reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa  
3 com Deficiência. **Período matutino do quinto dia de junho de dois mil e quatorze.**  
4 Presença dos conselheiros: Casa Civil da Presidência da República, a Conselheira  
5 Milena Souto M. de Medeiros; Conselhos Estaduais, o titular Dylson Ramos Bessa  
6 Junior; Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz; Ministério da  
7 Ciência, Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto Estrella Neto; Ministério da  
8 Educação, a suplente Rosana Cipriano J. da Silva; Ministério da Previdência Social, o  
9 titular Raimundo Nonato Souza; Ministério da Saúde, a titular Vera Lúcia Ferreira  
10 Mendes e a suplente Flávia da Silva Tavares; Ministério das Cidades, a suplente  
11 Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das Comunicações, o titular Octávio  
12 Penna Pieranti e o suplente Marcelo Leandro Ferreira; Ministério das Relações  
13 Exteriores, a suplente Laura Berdine Santos Delamonica; Ministério do  
14 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a suplente Andréa Duarte Lins; Ministério  
15 do Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcanti; Secretaria de  
16 Direitos Humanos, o titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente Laíssa da Costa  
17 Ferreira; Secretaria de Políticas para as Mulheres, a titular Maria de Lourdes A.  
18 Rodrigues; Academia Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata R. B. Barroso;  
19 Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque;  
20 Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior;  
21 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do  
22 Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Central Única  
23 dos Trabalhadores – CUT, o titular Isaias Dias; Confederação Brasileira de Desporto de  
24 Deficientes Visuais – CBDV, o titular José Antonio Ferreira Freire; Conselho Federal de  
25 Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação das  
26 Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosangela da  
27 Silva Santos; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o  
28 titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; Federação Brasileira das Associações de  
29 Síndrome de Down, a titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de  
30 Associações Cívis de Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson  
31 Roberto Gomiero; Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson Marins dos Santos  
32 e o suplente Eivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional das Associações Pestalozzi  
33 – FENASP, a titular Ester Alves Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes –  
34 Fenavape, a titular Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o  
35 titular Joaquim Santana Neto. Ausências justificadas: Associação Nacional dos  
36 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com  
37 Deficiência – AMPID; Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Organização  
38 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF. Ausências: Ministério da  
39 Cultura; Ministério da Justiça; Ministério do Esporte; Ministério do Turismo; Ministério  
40 dos Transportes; Confederação Nacional do Comércio – CNC. O Senhor Presidente do  
41 Conade iniciou os trabalhos com a aprovação da ata da nonagésima primeira reunião.

42 Na sequência, a Conselheira Célia Regina Saldanha Diniz realizou a leitura do texto de  
43 despedida da ex-conselheira Naira Rodrigues. O Presidente do Conade parabenizou o  
44 Conselho pela sessão solene na Câmara dos Deputados no dia três de junho de 2014,  
45 que reuniu noventa e quatro parlamentares e mais de trezentas pessoas. A pauta da  
46 nonagésima segunda reunião foi aprovada após pedido de inversão da pauta da tarde  
47 de sexta-feira para que se inicie com o relato das comissões. O Conselheiro Octavio  
48 Penna Pieranti do Ministério das Comunicações sobre acessibilidade na TV brasileira.  
49 O Conselheiro relatou que quase 100% do território nacional já está coberto e que é  
50 garantido que a TV seja entendida por todos. Em relação à legenda oculta, disse que é  
51 previsto um aumento progressivo ao longo dos anos do total de programação com este  
52 recurso. Desde junho de 2010, pelo menos 12 horas diárias da programação e, em  
53 junho de 2017, está previsto que a programação inteira tenha este recurso. Disse ainda  
54 que as reclamações recebidas são normalmente de ordem qualitativa, não quantitativa.  
55 No caso da audiodescrição, também está previsto um aumento progressivo. Desde  
56 junho de 2013, espera-se pelo menos 4 horas semanais com este recurso e, até julho  
57 de 2020, pelo menos 20 horas semanais. Há, porém, ausência de mão de obra  
58 capacitada. Desde 2011, 33 emissoras foram sancionadas referentes à acessibilidade.  
59 O descumprimento do total mínimo e da qualidade da programação pode resultar em  
60 230 mil reais em multa. O Conselheiro disse que, para o futuro, é preciso avançar o  
61 processo de digitalização da TV, popularização dos aparelhos receptores com acesso  
62 aos recursos de acessibilidade, capacitação de profissionais para a produção de  
63 conteúdos, acordos com distribuidoras nacionais e internacionais de conteúdos e  
64 patrocínio de conteúdos nacionais que disponham desse recurso. A ampliação dos  
65 recursos de acessibilidade depende do desenvolvimento de um sistema complexo,  
66 integrado por produtores, distribuidores, fabricantes, etc. Por fim, disse que o Estado  
67 deve estimular o desenvolvimento desse sistema, mas, sobretudo, realizar uma  
68 articulação e sensibilização dos atores envolvidos. Seguiu-se o debate, no qual foi  
69 levantada a questão dos horários de audiodescrição, e o Conselheiro esclareceu que o  
70 Ministério só pode informar o horário do conteúdo no dia em que foi fiscalizada e  
71 sugeriu que o Conade envie um ofício às emissoras salientando a importância de  
72 anunciar esse conteúdo. A apresentação seguinte foi sobre a política de acessibilidade  
73 na produção audiovisual, por Sílvia Bahiense Naves, Coordenadora Geral do  
74 Desenvolvimento Sustentável do Audiovisual da Secretaria do Audiovisual (SAV) do  
75 Ministério da Cultura. Ela começou dizendo que não existe política nacional de  
76 acessibilidade no audiovisual no Brasil, e que apenas 5% do conteúdo audiovisual da  
77 Programadora Brasil são acessíveis. Salientou que é preciso que entidades ou  
78 indivíduos digam que a qualidade da legenda não está boa e disse ainda que é  
79 possível juntar as pessoas com e sem deficiências numa mesma sessão de cinema.  
80 Após o debate, houve adiantamento da pauta, com a apresentação do relatório da  
81 Comissão de Orçamento e Finanças. A Conselheira Rosângela da Silva Santos  
82 apresentou o relatório, no qual constava a solicitação à Casa Civil dos dados  
83 atualizados da execução do Programa Viver sem Limite bem como a demanda sobre a  
84 divulgação do observatório do Plano. O relatório foi aprovado. Concluíram-se os  
85 trabalhos da manhã. **Período vespertino do quinto dia de junho de dois mil e**  
86 **quatorze.** Presença dos conselheiros: Casa Civil da Presidência da República, a  
87 Conselheira Milena Souto M. de Medeiros; Conselhos Estaduais, o titular Dylson  
88 Ramos Bessa Junior; Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz;  
89 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto Estrella Neto;  
90 Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo Nonato Souza; Ministério da  
91 Saúde, a titular Vera Lúcia Ferreira Mendes e a suplente Flávia da Silva Tavares;  
92 Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das  
93 Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira; Ministério do Desenvolvimento  
94 Social e Combate à Fome, a suplente Andréa Duarte Lins; Ministério do Trabalho e  
95 Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcanti; Secretaria de Direitos Humanos, o  
96 titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente Laíssa da Costa Ferreira; Academia  
97 Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata R. B. Barroso; Associação Brasileira  
98 de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque; Associação Brasileira de

99 Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior; Associação de Pais, Amigos e  
100 Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade –  
101 APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Central Única dos Trabalhadores – CUT,  
102 o titular Isaias Dias; Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais –  
103 CBDV, o titular José Antonio Ferreira Freire; Confederação Nacional do Comércio –  
104 CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Federação das Associações de Renais e  
105 Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosangela da Silva Santos; Federação  
106 Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o titular Francisco Eduardo  
107 Coelho da Rocha; Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB, a suplente  
108 Patrícia Neves Raposo; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down,  
109 a titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de Associações Cíveis de  
110 Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero;  
111 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP, a titular Ester Alves  
112 Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes – Fenavape, a titular Sheila  
113 Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o titular Joaquim Santana  
114 Neto. Ausências justificadas: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público  
115 de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência – AMPID; Conselho  
116 Federal de Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Organização Nacional de Entidades  
117 de Deficientes Físicos - ONEDEF. Ausências: Ministério da Cultura; Ministério da  
118 Educação; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do  
119 Esporte; Ministério do Turismo; Ministério dos Transportes; Secretaria de Políticas para  
120 as Mulheres; Federação Nacional das Apaes. Os trabalhos da tarde se iniciaram com a  
121 apresentação de Antonio Sérgio Martins Carneiro, Diretor da Diretoria de Saúde do  
122 Trabalhador do Ministério da Previdência Social, sobre o processo de implantação da  
123 Lei Complementar 142 de 2013, mais especificamente sobre a avaliação da pessoa  
124 com deficiência para concessão de aposentadoria. Ele esclareceu que foram  
125 capacitados 540 peritos médicos e 352 assistentes sociais e que as gerências  
126 executivas estão aptas a realizar esse tipo de avaliação. Disse que houve um pico em  
127 fevereiro, no início do programa, e o esperado é que se estabilize, e disse que o maior  
128 número de requisições por aposentadoria por invalidez é São Paulo, onde mais de  
129 dezessete mil pessoas fizeram agendamentos, seguidos de quase três mil despachos,  
130 sendo que a média tem sido de mais ou menos 50% entre os deferidos e indeferidos.  
131 Não há ainda a extração especial dos dados entre os casos leve, moderado e grave.  
132 Enfatizou a dificuldade devido ao pioneirismo da iniciativa, já que não há instrumentos  
133 parecidos em nenhum lugar do mundo e esclareceu que a validação está em processo  
134 com a UnB e espera-se que esse seja um instrumento de referência para o mundo  
135 todo. Disse ainda que essa iniciativa tem um impacto cultural na perícia médica e no  
136 serviço social, sendo que o desafio é o de construir a intersectorialidade. Após o debate,  
137 houve a apresentação da Conselheira Vera Mendes sobre o Plano Saúde sem Limite,  
138 incluindo a implantação de Centros Especializados em Reabilitação (CERs). A  
139 Conselheira passou a lista de CERs habilitados por unidades federativas e disse que  
140 estão em construção trinta e cinco oficinas ortopédicas. Também falou sobre  
141 atendimento odontológico, triagem neonatos, diretrizes terapêuticas para diversas  
142 deficiências e o PRONASS. Finalizado o debate, a Conselheira Vera agradeceu ao  
143 Presidente do Conade e fez um apelo para que se faça, sim, um debate público, mas  
144 sem colocar em risco as políticas públicas já conquistadas, principalmente em ano  
145 eleitoral. Quanto às críticas, ela disse que ainda há dificuldades em alguns CERs, mas  
146 que o objetivo é a superação. O Presidente do Conade disse que uma política pública  
147 dessa importância não tem partidos e que o Plano Viver sem Limite é um plano indutor  
148 de políticas e que a rede continua após o plano, que esses são ganhos estruturantes e  
149 acima de partidos para as cidadãs e cidadãos brasileiros. Concluíram-se os trabalhos  
150 do dia. **Período matutino do sexto dia de junho de dois mil e quatorze.** Presença  
151 dos conselheiros: Conselhos Estaduais, o titular Dylson Ramos Bessa Junior;  
152 Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz; Ministério da Ciência e  
153 Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto estrela Neto; Ministério da Educação, a  
154 suplente Rosana Cipriano J. da Silva; Ministério da Previdência Social, o titular  
155 Raimundo Nonato Souza; Ministério da Saúde, a suplente Flávia da Silva Tavares;

156 Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das  
157 Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira; Ministério do Esporte, a titular  
158 Eidilamar Fátima da Silva; Ministério do Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria  
159 P. Di Cavalcanti; Ministério dos Transportes, o titular Rodrigo Marques de Oliveira;  
160 Secretaria de Direitos Humanos, o titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente  
161 Laíssa da Costa Ferreira; Associação Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata  
162 R. B. Barroso; Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de  
163 Albuquerque; Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil  
164 Junior; Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do  
165 Banco do Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss;  
166 Central Única dos Trabalhadores – CUT, o titular Isaias Dias; Confederação Nacional  
167 do Comércio – CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Conselho Federal de  
168 Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação das  
169 Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosangela da  
170 Silva Santos; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o  
171 titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; Federação Brasileira das Associações de  
172 Síndrome de Down, a titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de  
173 Associações Cívicas de Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson  
174 Roberto Gomiero; Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson Marins dos Santos  
175 e o suplente Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional das Associações Pestalozzi  
176 – FENASP, a titular Ester Alves Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes –  
177 Fenavape, a titular Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o  
178 titular Joaquim Santana Neto; Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB, a  
179 suplente Patrícia Neves Raposo. Ausências justificadas: Ministério do Desenvolvimento  
180 Social e Combate à Fome; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de  
181 Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência – AMPID; Organização  
182 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF. Ausências: Casa Civil da  
183 Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça; Ministério das  
184 Relações Exteriores; Ministério do Turismo; Secretaria de Políticas para as Mulheres;  
185 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais – CBDV. Os trabalhos se  
186 iniciaram com a apresentação de Marco Antônio Juliatto, Diretor do Departamento de  
187 Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos  
188 Direitos Humanos sobre a unificação das conferências nacionais. A proposta vem a  
189 partir do Fórum Mundial de Direitos Humanos, que foi muito bem aceito pela sociedade  
190 e pela comunidade. Mais de dez mil pessoas participaram e mais de duzentas  
191 entidades fizeram parte do comitê gestor. O objetivo da proposta é unificar as  
192 temáticas, que atualmente são segmentadas, numa mesma agenda. Como a maioria  
193 das conferências nacionais acontecerá em 2015 e a da pessoa com deficiência em  
194 2016, a proposta é que as quatro conferências temáticas aconteçam em três dias e, na  
195 sequência, aconteça a XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. As aberturas  
196 seriam individuais para cada conferência temática a o encerramento conjunto, com a  
197 participação da ou do Presidente da República. Durante as etapas municipais e  
198 estaduais seriam eleitos também as delegadas e delegados para a Conferência  
199 Nacional de Direitos Humanos. O tema da XII Conferência Nacional de Direitos  
200 Humanos, a ser realizada em dezembro de 2015, será o sistema nacional de direitos  
201 humanos. Os pontos fortes da proposta, segundo o Diretor, são o fortalecimento das  
202 redes das diversas temáticas de direitos humanos; a integração entre conselhos;  
203 sociedade civil e suas políticas; o fortalecimento e ampliação da participação social  
204 com visibilidade nacional para a ação conjunta; o diálogo com o fórum interconselhos e  
205 a possibilidade que as mesas diretoras das conferências compartilhem interseções de  
206 políticas; a otimização de recursos; a percepção dos ganhos com a integração das  
207 discussões das temáticas; a participação efetiva de delegados das conferências  
208 temáticas; e a participação de todos os membros dos conselhos da SDH como  
209 delegados da XII CNDH. À apresentação, seguiu-se o debate. Ficou encaminhado que  
210 este tópico será pauta da próxima reunião ordinária. O Diretor Antônio Juliatto disse,  
211 por fim, que é preciso uma articulação com os outros órgãos correlatos, como a SPM, a  
212 SEPPPIR, a Secretaria Nacional da Juventude, etc. Agradeceu pelo tempo e disse que

213 espera em agosto ter uma resposta favorável e que rapidamente se formem grupos de  
214 trabalho para continuar a organização. Seguiu-se a apresentação da Professora  
215 Rosana Alcântara, Diretora da Ancine, representando o Diretor Presidente, sobre  
216 acessibilidade no cinema brasileiro. A Diretora disse que a Ancine tem um papel mais  
217 amplo do que simplesmente ligado ao cinema, e que tem um papel forte de fomento.  
218 Relatou que a cadeia produtiva do audiovisual é composta por produção, exibição e  
219 distribuição e que a agenda regulatória da Ancine decide pelo que irá regular e  
220 fiscalizar. Disse que houve uma consulta pública de abril a maio de 2014 sobre  
221 legendagem e audiodescrição, que teve uma resposta bastante significativa, com 111  
222 contribuições. Disse que, daqui para frente, será instituído um grupo de trabalho de  
223 sobre a exibição cinematográfica, estudando possíveis medidas regulatórias ligadas à  
224 acessibilidade. A Ancine tem um programa chamado programa Perto de Você,  
225 instituído pela lei 12.599 de 2012, para ampliar o mercado interno de cinema e acelerar  
226 a implantação de salas no Brasil. A Ancine também, desde 2009, organizou o fundo  
227 setorial do audiovisual, que promove linhas de financiamento em seus editais para a  
228 questão da acessibilidade. O ano de 2013 foi o ano que mais se teve público desde a  
229 retomada do cinema brasileiro e o maior número de estreias de toda a história, com  
230 129 filmes. O mercado de vídeo por demanda também se qualifica como um mercado  
231 importante para o audiovisual brasileiro. Disse, por fim, que o processo de digitalização  
232 das salas brasileiras segue em curso no Brasil, o que potencializa a possibilidade de  
233 recursos de acessibilidade. Seguiu-se o debate. Final dos trabalhos da manhã.

234 **Período vespertino do dia sexto de junho de dois mil e quatorze.** Presença dos  
235 conselheiros: Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz; Ministério da  
236 Ciência e Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto estrela Neto; Ministério da  
237 Educação, a suplente Rosana Cipriano J. da Silva; Ministério da Previdência Social, o  
238 titular Raimundo Nonato Souza; Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira  
239 Barbosa de Brito; Ministério das Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira;  
240 Ministério dos Transportes, o titular Rodrigo Marques de Oliveira; Secretaria de Direitos  
241 Humanos, o titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente Laíssa da Costa Ferreira;  
242 Secretaria de Políticas para as Mulheres, a suplente Thays de Souza Nogueira;  
243 Associação Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata R. B. Barroso; Associação  
244 Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque; Associação  
245 Brasileira de Ostimizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior; Associação de Pais,  
246 Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da  
247 Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Central Única dos  
248 Trabalhadores – CUT, o titular Isaias Dias; Confederação Nacional do Comércio –  
249 CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia  
250 – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação das Associações de Renais e  
251 Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosângela da Silva Santos; Federação  
252 Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o titular Francisco Eduardo  
253 Coelho da Rocha; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a  
254 titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de Associações Cívicas de  
255 Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero;  
256 Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson Marins dos Santos e o suplente  
257 Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP,  
258 a titular Ester Alves Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes – Fenavape,  
259 a titular Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o titular  
260 Joaquim Santana Neto; Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB, a suplente  
261 Patrícia Neves Raposo. Ausências justificadas: Associação Nacional dos Membros do  
262 Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência –  
263 AMPID; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF.  
264 Ausências: Casa Civil da Presidência da República; Conselhos Estaduais; Ministério da  
265 Cultura; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do  
266 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Esporte; Ministério do  
267 Turismo; Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais – CBDV.  
268 Iniciaram-se os trabalhos da tarde com os relatórios das comissões permanentes.  
269 Primeiramente, o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos, que introduziu a

270 discussão do marco legal da pessoa com deficiência e a avaliação do V Encontro de  
271 Conselhos. Foi definido o calendário de trabalho para discussão sobre o marco legal: o  
272 relatório dos trabalhos será apresentado na reunião de agosto, para se seguir à  
273 consulta pública para em dezembro apresentar o documento final. Sobre o V Encontro,  
274 definiu-se que ocorrerá nos dias 2 a 4 de dezembro com a participação de, no máximo,  
275 1.400 pessoas. Ficou estipulado também que haverá reunião extraordinária da CAN e  
276 CAC para elaboração do edital de eleição do Conade e dos subsídios para o marco  
277 legal. Ficou deliberado que serão dois dias de reunião extraordinária da CAN e da  
278 CAC, nos dias 20 a 22 de julho. O relatório da CAC foi aprovado. A Conselheira  
279 Fernanda do Ministério do Trabalho apresentou o balanço do Dia D da Pessoa com  
280 Deficiência e seus resultados parciais foram: quinze capitais, quase cem postos de  
281 atendimento no interior, quatro mil vagas disponibilizadas, duas mil pessoas com  
282 deficiência ou reabilitados atendidos e encaminhados para o processo de seleção e  
283 trezentas empresas presentes (sendo que ainda faltavam dados de Mato Grosso do  
284 Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e de nove cidades de  
285 grande porte). A avaliação foi positiva devido, principalmente, à divulgação da Sine  
286 como promotora de oportunidades para pessoa com deficiência. Abriu-se o debate.  
287 Passou-se então ao relatório das demais comissões, começando pela Comissão de  
288 Políticas Públicas com o Conselheiro Raimundo Nonato. O Conselheiro relatou a  
289 demanda do Direito Municipal de Paulo Afonso na Bahia sobre o Artigo 47 da Lei 8.213  
290 de 1991, a respeito da mensalidade reduzida para as pessoas que são aposentadas  
291 por invalidez, e indicou que emitirá um ofício ao município com a resposta adequada.  
292 Foi aprovado o relatório da CPP. O Conselheiro Janilton Lima apresentou o relatório da  
293 Comissão de Comunicação Social, que relator que a CCS vai elaborar uma cartilha  
294 sobre os termos relacionados às diversas deficiências. Ficou deliberado que a cartilha  
295 da Deputada Rosinha da Adefal será encaminhada a CAC para confirmar se há alguma  
296 informação faltando ou incorreta. Também foi examinada a cartilha do Ministério  
297 Público do trabalho com perguntas e respostas a respeito das cotas, que está  
298 disponível no site [www.pcdlegal.com.br](http://www.pcdlegal.com.br) de maneira completamente acessível. A ata da  
299 CCS foi aprovada. O Conselheiro Joaquim Santana apresentou o relatório da  
300 Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos. O primeiro  
301 item se referiu às declarações constrangedoras do Secretário de Turismo do Rio de  
302 Janeiro, nas quais ele diz que a cidade do Rio de Janeiro não se preparou para receber  
303 as pessoas com deficiência e que esse não é o público alvo do evento. O Conade  
304 elaborou um ofício para ser enviado para o prefeito do Rio de Janeiro cobrando essas  
305 medidas. O segundo item foi o processo de um indivíduo que foi atropelado em 2009 e  
306 nunca recebeu indenização da empresa, aguardando perícia médica em hospital  
307 público há mais de um ano. Foi elaborado ofício ao Ministério Público do estado para  
308 que envie um promotor público específico para acompanhar de perto. O terceiro item  
309 se referiu à consulta pública submetida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública  
310 do Ministério da Justiça, para a qual o Conade sugeriu revisão completa dos  
311 questionários e ofereceu reunião com conselheiro ou conselheira para aperfeiçoar as  
312 discussões. O quarto item foi o pedido de revisão do Decreto nº 7.133/2010, que  
313 regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização  
314 das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das  
315 gratificações de desempenho no serviço público federal, apresentado por  
316 representantes do Movimento Cidade para Todos e do Movimento Visibilidade Cegos  
317 Brasil. A conselheira Fernanda do MTE elaborou um ofício ao Ministério do  
318 Planejamento, Orçamento e Gestão para dar visibilidade à necessidade de  
319 acessibilidade para o cumprimento de metas por parte dos servidores públicos com  
320 deficiência. O quinto item foi em relação à Instrução Normativa Nº 1 de 2014 sobre a  
321 avaliação funcional, sobre a qual a CAN emitirá parecer. Aprovado o relatório da CAN,  
322 seguiram-se os informes. O Conselheiro Raimundo Nonato informou sobre a sua  
323 participação na Teia da Diversidade em Natal, representando o Conade. O Conselheiro  
324 Pedro Loss forneceu atualizações sobre a questão da acessibilidade no Estádio Beira  
325 Rio em Porto Alegre, destacando que a direção do Esporte Clube Internacional violou  
326 os direitos das pessoas com deficiência, desrespeitando a legislação vigente. O

327 Conselheiro Joaquim Santana informou sobre a Caminhada da Acessibilidade que  
328 acontecerá no Piauí em junho. A Vice-Presidente do Conade, Ester Pacheco, informou  
329 sobre sua participação no Congresso Nacional das APAEs em Goiânia. A Conselheira  
330 Rosângela da Silva Santos parabenizou a SDH pela aprovação da PEC do Trabalho  
331 Escravo. Com estes informes, concluíram-se os trabalhos da 92ª Reunião Ordinária do  
332 Conade.